

HOJE ESTARÁS COMIGO NO PARAÍSO

BRUNO VIEIRA AMARAL

Hoje estarás comigo no paraíso



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2019 by Bruno Vieira Amaral
Publicado originalmente em Portugal por Quetzal Editores, 2017
O autor é representado pela Bookoffice (bookoffice.booktailors.com).

*A editora manteve a grafia vigente em Portugal, observando as regras
do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.*

Capa
Bloco Gráfico

Foto de capa
Rui Rodrigues

Preparação
Adriane Piscitelli

Revisão
Clara Diamant
Carmen T. S. Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Amaral, Bruno Vieira
Hoje estarás comigo no paraíso / Bruno Vieira Amaral — 1ª ed.
— São Paulo : Companhia das Letras, 2019.

ISBN 978-85-359-3251-5

1. Ficção portuguesa 1. Título.

19-27074 CDD-869,3

Índice para catálogo sistemático:

1. Ficção : Literatura portuguesa 869,3

Iolanda Rodrigues Biode — Bibliotecária — CRB-8/10014

[2019]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

facebook.com/companhiadasletras

instagram.com/companhiadasletras

twitter.com/cialetras

Em memória de João Jorge Rego
(1963-85)

Um dos malfeitores que tinham sido crucificados insultava-o, dizendo: “Não és tu o Cristo? Salva-te a ti e a nós”. Mas o outro, respondendo, repreendeu-o e disse: “Não temes a Deus, tu que estás no mesmo suplício? Nós sofremos justamente, pois recebemos o castigo que as nossas ações mereciam; mas ele nada fez de mal”. E dizia: “Jesus, lembra-te de mim quando entrares no teu reino”. E Jesus disse-lhe: “Amém te digo: hoje estarás comigo no paraíso”.

Evangelho segundo Lucas 23,39-43

A novel is balanced between a few true impressions and the multitude of false ones that make up most of what we call life.

Saul Bellow

O último dia da vida de um homem não existe. Fora dos livros que narram, nenhuma salvação, apenas bolas de sabão. É o que melhor prova a nossa condição absurda, caro amigo: ninguém tem direito a um último dia, somente a uma interrupção acidental da vida.

Kamel Daoud, *Meursault: Contrainvestigação*

Sumário

PRIMEIRA PARTE, 11
SEGUNDA PARTE, 153
TERCEIRA PARTE, 301

Epílogo, 347

PRIMEIRA PARTE

Para mim, João Jorge nasceu na noite em que o mataram, nas hortas a caminho da Vila Chã. A minha avó materna dizia que, naquela madrugada, ouviu gritos vindos de perto do cemitério e, mesmo antes de ter ido à varanda, curiosa e apavorada e sem acender a luz, soube logo que acontecera uma grande desgraça. Até o fim da vida, quando falava de João Jorge, repetia os passos daquela madrugada distante, ia até a varanda, apontava para o lugar onde antigamente ficavam as hortas e dizia que naquela noite amarga, enquanto lavava a loiça, ouvira uns gritos assustadores, como se estivessem a matar porcos. No dia seguinte — e disso lembro-me perfeitamente —, carregada com os sacos de compras, ofegante e muito vermelha, nem esperou para entrar em casa: “Mataram aquele teu primo, o João Jorge”, disse.

À minha avó associo o sentimento de incredulidade. Não era o de não acreditar — a dado passo da sua vida de católica não praticante converteu-se às Testemunhas de Jeová e até o dia da

sua morte num quarto do Hospital dos Capuchos, cega e incapaz de falar, permaneceu fiel ao seu Deus —, era o de achar tudo inacreditável, como se a realidade escolhesse propositadamente certos caminhos com o único intuito de a defraudar. Isso agravava-se nas desgraças que nunca compreendia ou porque a vítima era muito nova, ou muito bonita ou muito bondosa. No pensamento mágico da minha avó, havia sempre nas vítimas uma qualidade que as tornava especialmente dignas de comiseção. As coisas — boas e más — acontecem a toda a gente, em qualquer altura, mas a minha avó aceitava com dificuldade que as más acontecessem a uma pessoa determinada num determinado momento. Toda a gente tinha acidentes, adoecia e acabava por morrer, mas que o nosso vizinho do primeiro andar tivesse morrido inesperadamente, a fazer a barba, era um mistério inexplicável, pois não encontrava uma causa direta e plausível. Para a minha avó só havia uma explicação aceitável para as coisas: ou eram castigos ou eram recompensas. Fora dessa lógica tudo suscitava a sua incredulidade pasmada. O seu mundo ideal era um jardim de delícias e estagnação, onde nada aconteceria. Quando alguém morresse, desapareceria e, com ele, a memória dos outros, sem sofrimentos, sem os solavancos da incompreensão. Por que é que tinham matado João Jorge? Como é que alguém era capaz de matar assim uma pessoa, a sangue-frio? Se nada disso tivesse acontecido, se João Jorge, em vez de uma memória negra semeada numa madrugada de inverno, estivesse vivo, a minha avó gostaria de ter partido primeiro, levada tranquilamente por um barqueiro para um lugar distante, onde não estaria nem morta nem viva, nem presente nem esquecida.

(Estou com a minha mãe perto do café do Manel. Um homem muito alto aproxima-se de nós. Talvez seja o meu pai. Na-

quela altura, o meu pai era uma presença intermitente que, aos meus olhos, surgia nos lugares mais inesperados — a vender bugangas nas festas do Barreiro, por exemplo, nas arcadas dos prédios perto dos cafés — como um nómada arrastado pelo vento, atraído pelas luzes. “Cumprimenta o teu primo”, terá dito a minha mãe.)

“No dia em que iam matá-lo, Santiago Nasar levantou-se às 5h30 da manhã para esperar o barco em que chegava o bispo.” Santiago vai morrer. O leitor sabe. As outras personagens sabem. Ninguém pode impedir. Ninguém impediu que Santiago Nasar fosse morto pelos irmãos Vicario. Esventrado com uma faca de matar porcos.

Quando li *Crónica de uma morte anunciada* lamentei que o livro fosse tão breve e pensei que o deveria ter lido há mais tempo. Invejo aqueles leitores inflexíveis, sistemáticos e falhos de imaginação que se obrigam a ler a obra completa de um escritor quando descobrem um do seu agrado. Acho admirável e um tanto aflitivo. Nunca fui capaz de levar a cabo esses projetos hercúleos de leitura em nome de uma lealdade precoce.

À medida que avançava na leitura era como se cada página despertasse em mim um eco adormecido. Eu já ouvira uma história semelhante. Era a história de João Jorge, que se dizia ter sido apanhado a roubar porcos, morto como um porco, com a faca usada para os abrir. O dono fizera uma espera aos ladrões, apanhara-os em flagrante e matara um deles. Foi essa versão que circulou no bairro nas semanas e meses seguintes ao homicídio.

Ao ler a investigação do narrador, os testemunhos por ele recolhidos, confirmava a presciência coletiva tardia que se segue a todas as desgraças e interrogava-me se a morte de João Jorge teria a mesma grandeza literária, se haveria na sua história um Bayardo San Román, uma festa de casamento sumptuosa, um

porto engalanado para receber o bispo; porém, era tão grande e imponente o silêncio de Angela Vicario, tão poderoso o desejo de vingança dos seus irmãos, que nem a força da minha imaginação conseguia elevar o caso de João Jorge acima da realidade mortiça e cinzenta onde tudo acontecera. Uma ficção perfeita e exuberante condena o leitor a desdenhar do que o rodeia porque nenhuma realidade lhe parece tão vívida como a que acabou de ler.

Perguntava-me se também haveria uma porta fatal, bebidas de contrabando e ramos de amendoeiras, se João Jorge teria tido sonhos aziagos com árvores nas vésperas da sua morte, se teria cambaleado com as mãos a segurar as tripas, se anunciara o seu próprio homicídio como um homem prestes a tornar-se fantasma. O livro lembrava-me o meu primo e, ao mesmo tempo, aconselhava-me a não interromper o seu eterno descanso.

Durante anos, falava-se da morte de João Jorge como exemplo da violência oculta à nossa volta. Quando se esqueceram os pormenores ficou a advertência moral — embora não soubéssemos o que tínhamos de evitar para não sermos vítimas de uma tragédia semelhante — que, com o passar do tempo, se dissipou até ser apenas ilustração de uma época passada, tão remota como certos hábitos bárbaros de civilizações extintas.

Falar sobre o fim trágico de João Jorge tranquilizava-nos. Era como se nos dissessem que homens degolados à noite pertenciam ao passado, fantasmas de um tempo de violência irracional, de encantamento e selvajaria, quando o bairro ainda era habitado por pessoas estranhas entretanto desaparecidas para sempre. Por fim, esquecemo-nos quase por completo da história daquela morte horrível no sítio das hortas. E esquecemo-nos como de um objeto sem utilidade perdido e de que só nos lembramos quando, anos depois, o encontramos por acaso dentro de uma caixa ou detrás de um móvel.

Comigo permaneceu viva a culpa por não me lembrar de João Jorge. Lembrava-me de tantos acontecimentos anteriores — a morte da minha bisavó, o primeiro dia de escola, o colega com uma pasta igual à minha, exceto o trinco, uma excursão à Figueira da Foz, um carrinho verde na varanda, uma semana de férias no Alentejo, o dia em que, aos três anos, me perdi dos meus pais, à porta de um pub na Vila Chã — e não guardava uma única recordação daquele primo. Só o nome me era familiar, a letra de uma canção de embalar docemente assustadora: João Jorge, João Jorge, João Jorge.

Para exacerbar a minha culpa, os meus tios falavam-me dele com propriedade, privando-me do direito de reclamar a sua morte como a de alguém que me pertencia. Uma vez, a jogar à bola com outros miúdos, um deles falou do rapaz assassinado perto do cemitério e eu, ansioso por me fazer notar, disse que esse rapaz era meu primo. Riram-se: “Tá calado”. Tinham razão. Aquele morto não era meu. Estávamos unidos por um laço genético desprovido de qualquer fundamento sentimental. Sentia-me impotente, como se tivesse desperdiçado a oportunidade de salvar alguém.

Era filho do irmão mais velho do meu avô paterno: eis tudo o que sabia sobre ele, tudo o que soube durante muitos anos. Depois, só havia a minha avó a repetir os pormenores da noite em que o mataram. Os gritos, o ter ido à varanda com as luzes apagadas, as considerações que fazia quando o recordávamos: “Coitado do rapaz. Aquilo não se faz a ninguém”. Como, por falta de atenção, eu fora excluído daquela história fantástica, esse rememorar em segunda mão ligava-me a João Jorge. Posso parecer cruel ao dizê-lo, mas, na verdade, lamentava mais a minha própria ausência do que a morte do meu primo.

Durante a adolescência, período em que, debruçados sobre os nossos medos, aprendemos muito sobre o mundo exterior, adquiri o hábito de passear no cemitério municipal. À tarde, depois das aulas, sobretudo nos dias soalheiros de inverno, de todos os meus preferidos, atravessava as hortas e saltava a rede para poupar tempo, pois o caminho para a entrada principal era demasiado longo. Em vez de me fechar no quarto a ouvir bandas góticas, a ler *Os filhos da droga* ou a inalar o cheiro reles a gásóleo das motorizadas de rapazes bem mais felizes do que eu, caminhava entre campas e ciprestes. Ao anunciar o meu passatempo as reações nem sempre eram as esperadas: a sensibilidade dos meus colegas não era suficientemente apurada para me considerarem excêntrico, e os mais velhos — familiares, professoras, vizinhos — estavam demasiado ocupados para darem importância a um facto cujo anúncio era tão efusivo que eliminava qualquer sombra de perturbação. Ao contrário das minhas legítimas ambições, tais hábitos nunca me valeram a desejada reputação de satânico ou de profanador de túmulos. A minha avó, com uma frase cheia

de sabedoria inata, suavizava os meus atos, retirando-lhes a carga de perigosidade e transgressão por mim desejada, expondo por acaso a minha inconseqüência adolescente: “Ao menos os que estão lá não te fazem mal nenhum. Dos vivos é que temos de ter medo”, dizia, enquanto areava os tachos ou abria as vagens de onde retirava as favas.

As reações de relativa indiferença diminuían um pouco o prazer do ritual, mas não a ponto de me fazer desistir, pois aqueles passeios, apesar de um tanto artificiais, tinham em mim um efeito tranquilizador real. Já no cemitério, lia os nomes nas lápides e as datas e essa noção do tempo e da vida como um intervalo concreto perturbava-me e comovia-me. Interrogava-me se essas fiadas de horas, de dias e de anos seriam suficientes para alguém deixar a sua marca no mundo, e se tudo o que restava daquelas pessoas eram aqueles monumentos semelhantes.

Ao passar por campos de desconhecidos, sentia-me poderoso, a reparar injustiças, a salvá-los do esquecimento, dando um sentido póstumo às suas vidas, na esperança patética de que, após a minha morte, um desconhecido também visitasse a campa para que, apesar de tudo, um resíduo da minha existência pudesse sobreviver através de quem nunca me conhecera. Nesses passeios, anunciados com prazer sinistro e um sorriso mais ingênuo que mefistofélico, fixava-me nas fotografias, nas jarras com flores de plástico, nas palavras de despedida dos familiares, nas suas fórmulas iletradas, tentativas frustes de originalidade, nenhuma tão autêntica como a simplicidade de duas datas. Ali, no cemitério da minha adolescência, onde do meu bairro me chegava apenas um rumor, o ritmo da vida diária abrandava e todas as preocupações se dissipavam, como se o som de passos na gravilha, da água de uma torneira a encher um balde, do vento nos ciprestes, da roda de um carrinho de mão empurrado pelo coveiro, fossem as notas quase inaudíveis do silêncio branco so-

bre aquele lugar que me limpava do espírito qualquer angústia ou temor.

Mais por rotina do que por superstição, a primeira campa que visitava era a do meu avô paterno, João Óscar Vieira, falecido a 23 de agosto de 1988, tinha eu dez anos. Quando eu ia lá à casa recebia-me de chinelos e, fosse verão ou inverno, com o seu longo robe cinzento, como se a temperatura não se tivesse alterado desde o dia frio de outono em que chegara a Portugal. Saudava-me com um cavaleiresco “dom Bruno do Vale da Amoreira”. Esse imaginário título honorífico estabeleceu entre nós uma cumplicidade e um afeto eternos.

Tinha o cabelo branco, dedos magros e longos, o humor sarcástico e retorcido da nobreza falida. Vi-o pela última vez na véspera da sua morte. Estava com a minha mãe no centro comercial quando fomos interpelados por uma amiga da minha avó paterna, dona Julieta, a quem nenhuma novidade, trágica ou não, escapava. Chamavam-lhe “Carneiro Gomes”, à altura repórter popular da Rádio Renascença. Com o ar compungido e grave dos mensageiros infaustos, disse-nos, sem adiantar pormenores, que eu devia visitar o meu avô. Estava internado no hospital distrital do Barreiro. No dia seguinte fui com a minha avó e os meus tios a pé, numa caminhada de mais de meia hora bastante ingrata para as minhas pernas de criança e para a roupa solene que a minha mãe me obrigara a vestir. Naquela altura, já acumulara algumas experiências de visitar moribundos em casas particulares ou em camas de hospital.

(Os sacos de soro nos hospitais, os doentes a arrastar o suporte pelos corredores nos seus pijamas azuis e gastos, quase transparentes, curtos nas pernas, nos braços, na barriga, que lhes davam a todos o ar alheado dos internados na ala psiquiátrica, passeando